

SOB O CÉU DE JUNHO:

Movimentos juvenis e crise da política nas manifestações de 2013

Fábio Palácio de Azevedo⁰¹

Resumo: Após cinco anos das manifestações de junho de 2013, os analistas ainda de- vem um entendimento mais delineado sobre a natureza desse enigmático fenômeno, que condicionou o processo político posterior. Este artigo analisa a morfologia, as motivações e as bandeiras do movimento, além de suas relações com o campo político. Conclui-se que 2013 foi a arena discursiva na qual grupos de diferentes orientações testaram forças e ensaiaram movimentos. Nesse espaço de natureza comunicacional, entram em cena com força, pela primeira vez em nosso país, ideias contrárias aos partidos e à própria representação, as quais impulsionaram a crise política que ainda hoje vivenciamos. A crítica das mediações políticas abriu caminho à penetração de atores e tendências que dificilmente teriam a mesma chance no padrão tradicional de mobilizações. Nesse contexto, o movimento tornou-se presa fácil de um discurso protofascista, e terminou por abrir caminho à construção da nova hegemonia liberal-conservadora.

Palavras-chave: manifestações de 2013; movimentos juvenis; crise da política.

ABSTRACT

"After five years of Brazilian demonstrations in June, 2013, analysts didn't reach yet a more in-depth understanding about this puzzling phenomenon, which have conditioned the subsequent political process. This article aims to analyse movement's morphology, motivations and claims, in addition to its relations with the political sphere. We conclude demonstra-

tions were a discursive arena in which groups of different political orientations tested forces. In this space of communicational nature, positions contrary to the political parties, and to representation itself, appeared in our country for the first time, boosting the political crisis that we still experience today. The criticism of political mediations paved the way for the penetration of actors and tendencies that would hardly have the same chance in the traditional pattern of mobilizations. In this context, the movement became an easy prey to a protofascist discourse, and eventually paved the way for the co-instruction of the new liberal-conservative hegemony."

Keywords: manifestations; youth movements; crisis of politics.

As máscaras de Guy Fawkes espalhavam-se pela avenida Paulista naquela tarde de 20 de junho de 2013. Chegava ao ápice, ali, um dos principais movimentos de massas do país em sua história recente. Decorridos cinco anos das grandes manifestações, sociólogos e demais analistas ainda estão a dever um entendimento mais delineado sobre a natureza daquele fenômeno – de resto tão enigmático quanto as sorridentes máscaras que se tornaram seu principal símbolo.

Não raro nos deparamos com a ideia de que aqueles acontecimentos condicionaram o processo político posterior. "O ano de 2018 foi gestado, mais acentuadamente, a partir de junho de 2013, naquelas jornadas cuja natureza ainda não nos foi dada ao pleno conhecimento", opina o ex-ministro Roberto Amaral⁰². Parece consenso que a inflexão política vivenciada pelo país nos últimos anos, com a erosão rápida e continuada da hegemonia da esquerda, ini-

ciou-se em junho de 2013. Como explicar aqueles eventos? Que motivos haveria para a maior onda de protestos do pós-redemocratização?

Ao pisar terreno pantanoso, é prudente buscar as partes menos movediças. Partir daquilo que parece mais claro e pacificado pode ser um bom método quando se trata de explorar os sentidos de tão esquivo fenômeno. Junho de 2013 foi, inegavelmente, um movimento amplo, complexo e heterogêneo. Costuma-se dizer que teve como protagonista a juventude urbana. Manuel Castells sentenciou, em referência às mobilizações: "um mundo que a gerontocracia dominante não entende, não conhece e que não lhe interessa, por ela encarado com suspeita quando seus próprios filhos e netos se comunicam pela internet, entre si e com o mundo, e ela sente que está perdendo o controle"⁰³.

Mas a verdade é que 2013 foi menos uma questão etária do que de atitude: o movimento trazia consigo um novo ethos – ou, talvez, aquilo que um autor como Raymond Williams classificaria como uma nova estrutura de sentimento⁰⁴. Uma geração política fazia, então, sua estreia nas ruas – sob as influências contraditórias de uma década de governos de centro-esquerda, no plano nacional, e do neoliberalismo triunfante em âmbito planetário. Sob esse céu de lusco-fusco, ponteados de trevas e luzes, uma multidão tomou as ruas. O episódio é por vezes identificado com a classe média, e essa opinião é largamente verdadeira. Porém, como lembra Celso Frederico, "o movimento ganhou adesão e os sujeitos periféricos saíram de seus guetos, o que conferiu à luta traços de uma revolta popular"⁰⁵.

Da mesma forma que reuniu grande diversidade de atores, o movimento também se desdobrou no tempo, conhecendo várias etapas. Dependendo do lugar e do momento, atores e organizações à esquerda e à direita alternaram-se em sua condução. Faz diferença se, ao nos referirmos a 2013, falamos do início ou do final de junho, e faz diferença se falamos de mobilizações em São Paulo ou em Recife. O episódio começou hegemônico pelo Movimento Passe Livre (MPL), organização que contava com quadros juvenis de PT, PCdoB e outras organizações desse campo. O ápice dessa primeira fase aconteceu no dia 13 de junho, em São Paulo, quando a truculência policial resultou em sete repórteres feridos e mais de duzentos militantes presos.

01 Doutor em Ciências da Comunicação (ECA/USP). Professor adjunto do Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal do Maranhão. Ex-presidente do Centro de Estudos e Memória da Juventude (CEMJ). Email: fabiopalacio@uol.com.br

02 AMARAL, R. "A nação presa na gangorra". Carta Capital. Ano XXIII, nº 984, 27 dez. 2017. p. 20.

03 CASTELLS, M. Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet. Rio de Janeiro: Zahar, 2013. p. 184.

04 Para uma definição sintética e precisa do conceito de estruturas de sentimento, cf.

WILLIAMS, R. *Marxism and Literature*. Oxford: Oxford University Press, 1977. pp. 128-135. A edição brasileira é da Zahar editores.

05 FREDERICO, C. *Ensaio sobre marxismo e cultura*. Rio de Janeiro: Mórula, 2016. p. 177.

**OUTRAS REIVINDICAÇÕES
ENTRARAM EM CENA, CHEGANDO
MESMO A OFUSCAR A BANDEIRA
INICIAL AGITADA PELO MPL – A
REVOGAÇÃO DO AUMENTO DE VINTE
CENTAVOS NO TRANSPORTE URBANO.**

categorias como “Primavera Árabe”, usadas de maneira indiscriminada para englobar acontecimentos tão diversos quanto os que tivemos, de um lado, no Egito e na Tunísia, e de outro aqueles que ocorreram na Líbia, na Síria e no Irã.

Em países como Egito e Tunísia, levantes com sólidas raízes, e de extração realmente popular – ligados, em primeiro plano, a reivindicações por democracia, e em última instância a pressões sociais, econômicas e demográficas –, derrubaram um conjunto de regimes políticos desgastados, muitos deles até então apoiados pelos Estados Unidos. Nesses países, o imperialismo e seus apoiadores internos são obrigados a manobrar, abandonando antigos aliados e repositionando-se a fim de evitar que forças hostis sejam catapultadas ao poder. Já em outros países da região, como Líbia, Irã e Síria, acontecimentos apresentados como parte da mesma onda de protesto popular são, na verdade, revoltas postiças, plantadas do exterior com o fito de eliminar governos hostis ao neoliberalismo e aos objetivos dos Estados Unidos na região.

Todos esses episódios têm em comum a utilização de redes sociais e demais ferramentas interativas que, por suas características topológicas, garantem extensa conectividade. Ao permitir o mais amplo compartilhamento de mensagens, essas ferramentas impulsionam a participação cívica e a cultura associativa. Os novos ambientes em rede também propiciaram a redução de custos logísticos, facilitando uma radical descentralização e difusão de conteúdos e aumentando a produtividade dos agentes políticos em seus esforços mobilizadores. Seja quais forem os interesses que se servem da web 2.0, é fato irrecusável que ela ampliou o poder de fogo de campanhas, movimentos e demais articulações da sociedade civil.

Outro ponto comum a todos esses movimentos – ou à maioria deles – é o fato de destacarem a demanda pelo direito à cidade. Ela foi expressa, no mais das vezes, através do ato de demarcar o caráter comum de um espaço público, como uma praça ou um parque. Isso já ocorria desde os “acampamentos de juventude” dos fóruns sociais mundiais, e voltou a repetir-se na Praça Tahrir do levante egípcio; na Porta do Sol ocupada pelo movimento dos “Indignados” em Madri, e no Parque Zuccotti, em Nova Iorque, que viu nascer os movimentos da grife Occupy. No Brasil, junho de 2013 teve como estopim a questão da mobilidade urbana, diretamente conectada à demanda pelo direito à cidade. Não à toa, afirma Castells em suas considerações sobre 2013:

[...] A mobilidade é um direito universal, e a imobilidade estrutural das metrópoles brasileiras é resultado de um modelo caótico de crescimento urbano produzido pela especulação imobiliária e pela corrupção municipal. E com um transporte a serviço da indústria do automóvel, cujas vendas o governo subsidia. Tempo de vida roubado e pelo qual, além de tudo, deve-se pagar.⁰⁸

A mobilidade urbana é uma velha bandeira dos movimentos juvenis progressistas. Manifestações contra a carestia no transporte urbano – as famosas “revoltas do buzú” – já ocorriam havia muito no Brasil. Ainda no mês de maio de 2013, logo antes das grandes manifestações de junho, protestos contra aumentos de passagem eclodiram em Natal (16 de maio) e Goiânia (21 e 28 de maio). Havia já, portanto, certa eletrividade no ar. Mas o que estava por acontecer, tendo São Paulo como epicentro, não era uma “revolta do buzú” qualquer, mas algo que entraria para a história do país. Ademais, como fica claro em sua fase mais massiva, o movimento esteve longe de restringir-se à questão tarifária. Outras reivindicações entraram em cena, chegando mesmo a ofuscar a bandeira inicial agitada pelo MPL – a revogação do aumento de vinte centavos no transporte urbano.

Que reivindicações eram essas? Quais suas reais motivações? A inflação estava sob controle, e o país vivia um momento de quase pleno emprego. Os aumentos automáticos e anuais do salário mínimo, a ampliação do crédito popular e os programas de transferência de renda garantiam o crescimento, ainda que moderado,

da renda do trabalhador e diminuam a distância entre ricos e pobres. Programas de políticas públicas permitiam a ampliação de direitos, em especial aos segmentos mais vulneráveis. Expandia-se o acesso à educação pública – bandeira cara à juventude – tanto no nível básico quanto no superior. A democracia e o diálogo eram fortalecidos, com a criação de mecanismos de consulta que facilitaram o diálogo entre governo e entidades da sociedade civil.

Em face dessa aparente incongruência, é importante auscultar os sentidos do movimento com base no que pensavam e diziam seus próprios artífices. Para isso, devemos passar em revista as bandeiras agitadas em junho de 2013. A tarefa revela-se, a princípio, não muito simples, pois as manifestações trouxeram à tona uma verdadeira sopa eclética de protestos e reivindicações. Algumas delas – as que se mostraram mais promissoras – foram selecionadas para investimento e, posteriormente, desenvolvidas como campanhas autônomas. É o caso do movimento “Não vai ter Copa!”, aparelhado por setores interessados na derrubada do governo de Dilma Rousseff⁰⁹.

É possível identificar, contudo, em meio ao mar de demandas particularistas bandeiras de maior alcance e dimensão, capazes de fornecer as grandes linhas de síntese do movimento. A primeira delas é a própria luta pelo direito à cidade, já referida. A par desta, e no mesmo nível de importância, encontra-se a denúncia de um sistema político corrupto e pouco representativo. Os manifestantes queixavam-se do sequestro da democracia por políticos profissionais, fechados em seus gabinetes e alheios às reais necessidades da população. Protestavam, ainda, contra a mercantilização do voto – sua transformação em moeda de troca na grande barganha operada por corporações empresariais, partidos de fachada e lideranças religiosas. É bom lembrar que essa mesma motivação já se encontrava entre os manifestantes da Praça Tahrir, assim como nos movimentos do tipo Occupy. Ela resultou por vezes na recusa à representação política em nome de uma “democracia real”, como diziam os “Indignados” da Espanha em referência a um modelo político mais transparente e participativo.

Além dos reclames por democracia e pelo direito à cidade, os protestos de 2013 trouxeram à cena a defesa dos direitos sociais e trabalhistas e a melhoria de serviços públicos como educação, saúde e moradia, além da própria mobilidade urbana. Um conjunto de direitos espe-

08 CASTELLS, M. Op. Cit. p. 184.

09 O aparelhamento fica claro quando observamos que, curiosamente, o mesmo movimento não voltaria a se repetir por ocasião dos Jogos Olímpicos de 2016, ocorridos já sob o governo de Michel Temer. Cabe, então, a pergunta: por que o mesmo movimento que denunciou historicamente a construção de estádios de futebol no lugar de hospitais e escolas teria mostrado acanhamento diante da construção de campos de golfe?



cíficos e identitários (contra as discriminações de raça, gênero e orientação sexual, legalização do aborto, descriminalização da maconha) completam o leque das principais exigências colocadas pelas manifestações de junho.

Cobrada pelos manifestantes, a então presidenta Dilma Rousseff anunciou “cinco pactos em favor do Brasil”: reforma política democrática; responsabilidade fiscal, com o objetivo de garantir a estabilidade; investimentos na melhoria da mobilidade urbana, em especial no transporte coletivo; mais verbas para a educação pública, com a destinação de 100% dos royalties do petróleo para o setor, e melhorias na saúde.

Alguns avanços chegaram a ser contabilizados, com destaque para a aprovação de projeto de lei que destinou 75% dos royalties do petróleo para a educação e 25% para a saúde, e 50% do Fundo Social do pré-sal para os dois setores. No que respeita ao transporte público, houve apenas a aprovação de uma lei, que desonerou alíquotas de PIS/Pasep e Cofins sobre a receita da prestação de serviços de transporte público municipal. O programa Mais Médicos melhorou e interiorizou o atendimento aos usuários do SUS. Um diploma legal com a previsão de direitos para os jovens – o Estatuto da Juventude – foi aprovado no Congresso Nacional. Mas, apesar das tentativas sinceras, as medidas implementadas estiveram longe de significar uma melhora estrutural.

Até pela natureza do movimento de 2013,

o tema da reforma política ganhou proeminência entre os pactos firmados por Dilma Rousseff. Na tentativa de dar respostas aos anseios dos manifestantes, um projeto de lei sobre o tema foi encaminhado ao Congresso Nacional. O PL tinha como eixos o fortalecimento dos partidos políticos, a ampliação da representatividade dos mandatos eletivos e a promoção da participação do povo nas definições do país, através de plebiscitos e referendos. Após batalhas procedimentais e tergiversações de todo tipo, o projeto foi enterrado no Congresso Nacional. Sacrificava-se uma vez mais, no altar dos caprichos da classe política, o desejo de mudança das instituições representativas.

Entretanto, as críticas dos manifestantes de junho terminaram por extrapolar modelos específicos de representação e conduta política. Em 2013 entram em cena com força, pela primeira vez em nosso país, ideias contrárias aos partidos e à própria política, vista em si mesma como “suja” e “ilegítima”. Nas tendências autonomistas, que ganham força conforme o movimento se desenrola, é possível identificar certa ojeriza à ideia de mediação: não apenas aquela que se realiza no campo eleitoral-parlamentar, mas também a ação mediadora realizada por partidos, sindicatos e demais entidades de representação. Elas são vistas como “intrusas” que tentam, de maneira capciosa, apropriar-se do movimento, subvertendo sua lógica. Algumas dessas ideias impulsionaram tendências à fragmentação da representação e

NÃO SE TRATA, OBVIAMENTE, DE SUBESTIMAR AS POSSIBILIDADES DAS NOVAS TECNOLOGIAS, MAS DE CONCRETIZÁ-LAS EM AMBIENTES SOCIAIS ESPECÍFICOS, MARCADOS POR CONTRADIÇÕES E DISPUTAS DE INTERESSE.

se tornaram ingredientes da crise política que ainda hoje vivenciamos.

A maneira de assim conceber as questões da representação política deriva, em grande medida, da peculiar dialética entre indivíduo e coletivo revelada nas manifestações de 2013. Ela remete a obras como as de Antônio Negri e Michael Hardt, autores que postulam o advento de uma nova forma de organização política, pluralista e “horizontal”, a qual não busca constituir-se como coletivo homogêneo, hierarquizado e programático¹⁰. Esse tipo de manifestação recusa os canais políticos convencionais em nome da criação de relações mais simétricas, plenamente “democráticas”.

Junho de 2013 segue, assim, um modelo de mobilização – consagrado com os movimentos altermundistas e antiglobalização – que tem por base indivíduos conscientes, “autônomos” e “protagonistas”. É duvidoso se estamos diante de um coletivo em sentido autêntico ou de uma multidão atomizada e descoordenada. Enquanto Castells vê em 2013 “milhares de pessoas que eram ao mesmo tempo indivíduos e um coletivo”¹¹, para Toni Negri “a multidão é uma multiplicidade de singularidades que não pode

10 Cf. HARDT, M.; NEGRI, A. Multidão : Guerra e democracia na era do império. 4ª ed. São Paulo: Record, 2005.

11 CASTELLS, M. Op. Cit. p. 183.

AS JORNADAS DE JUNHO NÃO PODEM SER COMPREENDIDAS EM SI MESMAS, MAS APENAS À LUZ DA DISPUTA MAIS AMPLA EM TORNO DOS RUMOS DO PAÍS.

encontrar unidade representativa em nenhum sentido¹².

Esse ambiente avesso a partidos, sindicatos e demais entidades tradicionais de representação favoreceu a dispersão de iniciativas. As bandeiras do movimento fracionaram-se em incontável número de demandas setorializadas, muitas delas francamente inexequíveis. Ao mesmo tempo, a crítica das mediações políticas abriu caminho à penetração de atores, tendências e ideias que dificilmente teriam a mesma chance no padrão tradicional de mobilizações. Nesse contexto, muitos manifestantes tornaram-se presa fácil de um discurso profascista, encarnado na aversão à política e aos partidos, embora essa aversão ainda se apresentasse naquele momento com tinturas anarcoesquerdistas.

Isso resta muito bem expresso, aliás, na própria máscara de Guy Fawkes. Popularizada no filme *V de Vingança*, ela era usada por um personagem de inspiração anarquista que luta contra o totalitarismo em uma Inglaterra distópica. A máscara reproduz o rosto de Guy Fawkes, soldado britânico que tomou parte no episódio conhecido como Conspiração da Pólvora, em que rebeldes tramaram a explosão do Parlamento inglês, durante uma sessão em 1605, e o assassinato do rei protestante Jaime I para dar início a um levante católico. Fawkes era o responsável por guardar os barris de pólvora que seriam utilizados para explodir o Parlamento. Terminou capturado pouco antes da execução do plano, e foi enforcado e esquartejado. Quatro séculos depois, tornou-se o símbolo de movimentos libertários como o grupo Anonymous, que usa o hacktivismo como forma de promover a liberdade de expressão na internet.

É neste ponto que cabe uma palavra adicional sobre as redes sociais. Os novos mecanismos de interação têm sido comumente incensados como agentes catalisadores de uma “revolução democrática”. No dizer de Beer e Burrows, “isso nos levaria a acreditar em uma nova cultura colaborativa, participativa e aberta, em que todos podem ter envolvimento e ter potencial para ser vistos e ouvidos¹³”. Compõe esse caldo de cultura a ideia de que os “novos” movimentos sociais seriam uma derivação di-

reta da cultura colaborativa emergente nas redes digitais. O jornalismo tem sido pródigo nesse tipo de imagem, como constatamos na veiculação de notícias sobre movimentos como os “Indignados” da Espanha, a Primavera Árabe, as revoltas estudantis chilenas de 2011 e, claro, as manifestações brasileiras de 2013. Todos esses episódios, independentemente de suas distintas orientações políticas, têm como traço comum o uso intensivo de ferramentas caras ao ciberativismo, o que fez com que fossem qualificados “como expressões das revoluções ‘Facebook ou Twitter’¹⁴”.

Pensou-se, em primeiro momento, que a arquitetura distribuída das redes digitais funcionaria como contraponto ao poder da indústria cultural. Esse ideário, generalizado com excessiva rapidez, ainda está a exigir das ciências sociais uma análise rigorosa. Não se trata, obviamente, de subestimar as possibilidades das novas tecnologias, mas de concretizá-las em ambientes sociais específicos, marcados por contradições e disputas de interesse. O potencial emancipatório da internet coexiste com sua utilização para finalidades sociais e políticas inconfessáveis. No mesmo sentido, é preciso lembrar que a rede encontra-se colonizada por interesses comerciais. Cabe registrar, em especial, o modelo de negócio de empresas como Google e Facebook, baseado no uso de algoritmos cujos efeitos colaterais são o fomento ao individualismo e a uma atitude monológica, que tende à negação do contraditório. É nesse ambiente volúvel, no qual são flexibilizadas as instâncias tradicionais de validação da informação, que o prestígio da fonte surge diminuído, configurando-se a atmosfera epistemológica que tem sido chamada de pós-verdade.

Refração a partidos e lideranças, e consequente fragmentação da representação; dispersão e atomização de demandas; formação de nichos de interesse setorializados e, mesmo, individualizados, contando com a facilitação dos novos avatares digitais. Tudo isso ajudou a configurar o caráter mutante de junho de 2013. Caprichoso como a deusa Juno – que empresta seu nome ao mês de junho –, o movimento evadiu-se de si próprio, deslizando para muito além de seus objetivos iniciais. Nessa situação

de imensa volatilidade, as manifestações seguiram por sendas imprevistas. O movimento ganhou uma margem de liberdade semântica que lhe garantiu abertura a significados diversos. Isso permitiu que seus sentidos passassem a ser intensamente disputados por distintas confissões políticas. Essa disputa de contornos semióticos assumiu, muitas vezes, caráter inusitado. Ícones de grande tradição, como a camisa da seleção brasileira de futebol, terminaram sacrificados às conveniências de um dos lados do espectro ideológico.

Logo se tornou claro que o novo modelo de protestos poderia servir de cobertura para inúmeras reivindicações, boa parte delas incompatível com a orientação inicial. Foi assim que atores e grupos de perfil conservador entraram na disputa, com o fito de imprimir aos acontecimentos suas próprias interpretações. A questão social, bem representada na luta pela redução do preço da passagem, foi gradativamente substituída pela agenda de setores neoconservadores da classe média, ancorada no moralismo e na negação da política. Esses setores andavam insatisfeitos com os rumos dos governos Lula-Dilma, pois, como opina o professor da USP e ex-prefeito de São Paulo Fernando Haddad,

Durante o governo Lula [...] os ricos estavam se tornando mais ricos e os pobres, menos pobres. Por seu turno, as camadas médias tradicionais olhavam para a frente e viam os ricos se distanciarem; olhavam para trás e viam os pobres se aproximarem. Sua posição relativa se alterou desfavoravelmente. Se os rendimentos dessas camadas médias não perderam poder de compra medido em bens materiais, perderam-no quando medido em serviços. O verdadeiro shopping center das camadas médias brasileiras sempre foi o mercado de trabalho. A abundância de mão de obra barata lhes garantia privilégios inexistentes no núcleo duro do sistema. A empregada barata, a babá barata, o motorista barato. Serviços domésticos em quantidade eram a grande compensação pela falta de serviços públicos de qualidade.¹⁵

Em outras palavras, mudanças – ainda que

12 NEGRI, A. 5 lições sobre Império. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p.43.

13 Apud LIMA JÚNIOR, W.T. “Mídias sociais conectadas e jornalismo participativo”. In: MARQUES, Ângela; COSTA, Caio Túlio [et al.]. Esfera pública, redes e jornalismo. Rio de Janeiro: E-papers, 2009. pp. 180-181.

14 CABALIN, Cristian. “Estudiantes conectados y movilizados: El uso de Facebook en las protestas estudiantiles en Chile”. Comunicar, v. XXII, nº 43, 2014. p. 26.

15 HADDAD, F. “Vivi na vida o que aprendi nos livros”. Piauí, nº 129, jun. 2017. Disponível em: <http://piaui.folha.uol.com.br/materia/vivi-na-pele-o-que-aprendi-nos-livros>.

tópicas – na estrutura social do país encontraram resistências na classe média. Mas a insatisfação desse setor não havia encontrado, até 2013, os canais adequados de expressão. A defesa da desigualdade social, ainda mais em um país como o Brasil, não é o tipo de tese capaz de encontrar guarida no debate público. Discurso tal jamais poderia ser proferido senão de modo oblíquo. Uma alternativa engenhosa seria pulverizar tais ideias na atmo-esfera pública, fazendo delas um sentimento difuso, daqueles que apenas se insinuam sem jamais se revelar por completo. Junho de 2013, com sua nova morfologia e seus modelos orgânicos inéditos – menos argumentativos do que afetivos, baseados antes na imagem do que na palavra –, mostrou-se o ambiente ideal para dar vazão a tais inquietações.

Essa constatação não nos deve conduzir, contudo, a visões desprovidas de nuances. É preciso compreender junho de 2013 em sua complexidade, sem desconsiderar o gradiente de colorações ideológicas que o movimento foi capaz de abarcar. Nessa perspectiva, seria um erro pensar que 2013 foi um movimento intrínseca ou essencialmente conservador, espécie de antessala do movimento “Fora Dilma!”. Esse tipo de incompreensão pode desaguar em graves equívocos políticos. O posterior movimento pelo impeachment de Dilma Rousseff não foi a “essência” de 2013 mas, na verdade, uma de suas tendências: aquela que – por uma série de motivos que cabe aprofundar, alguns deles já explorados neste texto – foi a que conseguiu ganhar maior vigor de massas no período posterior.

O que tivemos no Brasil em 2013 foi uma singularidade sociológica: movimentos com orientação à esquerda e à direita disputando espaço nos mesmos eventos. “Surpreendentemente, essas duas vertentes estiveram juntas nas manifestações de junho.”¹⁶ Havia ali atores e grupos que queriam pôr fim ao ciclo de governos Lula-Dilma, mas também pessoas e grupos que pugnavam pelo aprofundamento desse ciclo. Prova disso pode ser conferida nos dados sobre apoio às manifestações. Pesquisa Ibope realizada nos dias 19 e 20 de junho de 2013 indicava que 75% da população brasileira apoiavam os protestos. A mesma pesquisa mostrava, ainda, que 71% dos brasileiros se diziam satisfeitos ou muito satisfeitos com a vida que levavam.¹⁷ Não é possível entender esses números sem admitir que havia pelo menos entre os simpatizantes, mas provavelmente também entre os participantes das manifestações, a opinião de que a situação do país era boa. Isso não significa, contudo, que entre os mais

**É PRECISO DIZER, AO CABO,
QUE AS MANIFESTAÇÕES DE
2013 JAMAIS CHEGARAM AO FIM.
SEU ESPÍRITO CONTINUA NO AR.
SUAS DEMANDAS JAMAIS FORAM
ESGOTADAS, SEJA NO GOVERNO
DILMA ROUSSEFF – APESAR DE
SEUS ESFORÇOS SINCEROS –, SEJA
NO GOVERNO TEMER – QUE PARECE
IGNORÁ-LAS ROTUNDAMENTE.**

satisfeitos não houvesse também o desejo de mudança. Afinal, como se costuma dizer, “a conquista de hoje é o trampolim de amanhã”.

Junho de 2013 conservou desde sempre – e conserva ainda hoje – certa abertura de sentidos. Foi a arena discursiva na qual grupos políticos de diferentes orientações, e seus intelectuais orgânicos, testaram forças e ensaiaram movimentos. Naquele espaço de natureza comunicacional, forças sociais, políticas e midiáticas ligadas ao campo conservador disputaram palmo a palmo o controle das ruas com a juventude progressista e os movimentos sociais populares. Essa disputa chegou, por vezes, às vias de fato, como na demonstração ocorrida em São Paulo no dia 20 de junho, quando houve confronto violento entre militantes de partidos e entidades estudantis, de um lado, e grupos que se diziam “contra os partidos”, de outro.

A chave para a compreensão das manifestações reside, assim, na luta política que se travava – e ainda se trava – na sociedade brasileira. As jornadas de junho não podem ser compreendidas em si mesmas, mas apenas à luz da disputa mais ampla em torno dos rumos do país. Ao invés de “encaixotar” junho em definições como “conservador” ou “progressista”, talvez fosse melhor atentar para o que as diferentes orientações políticas fizeram do episódio. O movimento não teve significados unívocos – junho foram muitos “junhos”. Os sentidos das manifestações são aqueles que diferentes atores e orientações políticas buscaram imprimir-lhes, com maior ou menor êxito, como parte de suas manobras naquilo que Gramsci chamou de “guerra de posição”.

O período pós-2013 pode ser entendido, em larga medida, a partir da “clivagem” do movimento, com a cisão entre as orientações opostas que nele coexistiram. O lado conservador ganharia, no período posterior, maior ex-

pressão de massa, desaguando no movimento pelo impeachment de Dilma Rousseff, enquanto movimentos e organizações influenciados pela esquerda colocavam-se em perspectiva oposta. Ambas as partes aprenderam com o episódio, que se constituiu em verdadeira incubadora de novas formas organizativas, contribuindo para oxigenar o associativismo civil.

O segmento político à direita passou a investir intensamente em novos modelos de ação civil, apropriando-se da linguagem desenvolvida nas manifestações de junho. Desenvolveram-se nesse campo entidades como o Movimento Brasil Livre (MBL, uma corruptela da sigla MPL) e o Vem pra Rua, que toma de empréstimo a conhecida palavra de ordem consagrada nas jornadas de junho. Mais à direita, o estridente Revoltados on Line é o único que já existia em 2013, porém com caráter completamente distinto – era um movimento de combate à pedofilia. Esse grupo foi mais tarde repaginado por completo, passando a servir a propósitos explicitamente político-conservadores. Todas essas entidades – além de outras mais recentes (Livres, RenovaBr, Raps) – surgem como fruto da observação atenta das manifestações de junho.

O lado oposto – nucleado pelos movimentos sociais de extração popular – também soube extrair lições. Nesse campo político, o movimento estudantil – em particular o secundarista, com a flexibilidade que lhe é característica – conseguiu ser mais efetivo na incorporação das novas formas gestadas em 2013. Essa parte do espectro civil ganhou expressão de massas em alguns poucos momentos do período posterior, como na chamada Primavera Feminista e no período das ocupações de escolas contra a reforma do ensino médio. Nesse último caso, a combinação entre estruturas horizontalizadas, comando unificado e clareza programática inauguraram uma forma de luta inteiramente inédita. As ocupações conseguiram pautar a necessidade de uma formação humanista e cidadã, e representaram para o governo Temer um primeiro desafio.

Após cinco anos do enigmático episódio, ainda cabem mais perguntas do que respostas. O tempo, porém, decantou os acontecimentos e desnudou tendências. Junho de 2013 foi um terremoto que mudou a paisagem política do país, surpreendendo grupos de distintas orientações. Nesse processo, a esquerda – talvez muito ocupada com sua presença em postos de governo e na burocracia estatal – demorou a entender o que se passava, subestimou o alcance do movimento e demonstrou debilidades ao disputar ideias naquela arena. Parecia torcer para que

16 FREDERICO, C. Op. Cit. p. 176.
17 FREDERICO, C. Op. Cit. p. 176.

aquilo “passasse logo”.

A direita foi mais ágil. Ela coloca-se, num primeiro momento, contrária às manifestações, mas logo começa a “gostar do jogo”, muda de posição¹⁸ e entusiasma-se com a possibilidade de disputar os sentidos de junho. Como indica o período posterior, esse campo soube tirar melhor proveito de 2013, compreendendo seu potencial e usando o episódio como alavanca para a construção da nova hegemonia liberal-conservadora. Seu êxito revela o quanto as forças de esquerda andaram fragilizadas em um território que, desde o período imediatamente anterior ao regime de 1964, tinha sido majoritariamente seu: as manifestações de rua.

De todo modo, não é possível considerar que inflexões como a de 2013 sejam uma exclusividade brasileira. Em todo o mundo, situações reveladoras de certo mal-estar anticapitalista – e, portanto, potencialmente revolucionárias – têm sido capturadas por segmentos radicalizados da direita, identificados como única alternativa real ao establishment. O fenômeno da “rebelião conservadora” dá-se largamente em função de debilidades da própria esquerda. Após décadas vivendo em perigosa simbiose com o sistema, esse campo tem encontrado dificuldades em desempenhar o papel – que lhe seria precípuo – de encarnar anseios transformadores.

Na esfera eleitoral, essa situação verificou-se na Inglaterra do Brexit, como também nos

Estados Unidos da eleição de Donald Trump. No âmbito civil, muitos movimentos críticos e iconoclastas, voltados no mais das vezes à denúncia da privatização dos espaços urbanos, têm-se comportado como autênticos “meteoros”: brilham intensamente, mas de forma efêmera; rasgam o céu antes de sumir sem deixar vestígios – isso quando não sucumbem às forças do status quo. Aconteceu em 1968, assim como na Praça Tahrir, na Porta do Sol e no Parque Zucotti; aconteceu também nas ruas e avenidas brasileiras em junho de 2013. A esse propósito, uma advertência de Michael Hardt – expressa em entrevista à Folha de S.Paulo durante as manifestações de 2013 – merece ser resgatada:

Temos consciência [...] de que esses movimentos têm grandes desafios pela frente. Mais importante, para mim, é a necessidade de que eles criem forças políticas duradouras e efetivas. Essas multidões [...] tiveram sucesso ao criar belas relações democráticas nos limites de uma praça por alguns meses. Contudo, ainda não foram capazes de se expandir no espaço e no tempo para transformar a sociedade de uma forma duradoura.¹⁹

Cabe acrescentar que não será possível “transformar a sociedade de uma forma duradoura” sem um trabalho hercúleo de organiza-

ção e educação política. Talvez seja esta a maior de todas as faltas da esquerda em seu ciclo de governos nacionais: a lassidão em educar o povo para o sentido maior do que se fazia, conscientizá-lo sobre o que estava em jogo, prepará-lo para reconhecer e defender seus interesses com as próprias unhas. Se isso não acontece, qualquer momento de ebulição política converte-se em risonha oportunidade para as forças da reação.

É preciso dizer, ao cabo, que as manifestações de 2013 jamais chegaram ao fim. Seu espírito continua no ar. Suas demandas jamais foram esgotadas, seja no governo Dilma Rousseff – apesar de seus esforços sinceros –, seja no governo Temer – que parece ignorá-las rotundamente. Não é descabido supor que aqueles pleitos seguirão como pano de fundo da política brasileira por certo tempo. O hiato entre governo e ruas, longe de reduzir-se, parece ter-se amplificado. O clamor pela renovação da política segue entalado na garganta. Esse clamor ainda pode resultar, quando menos esperarmos, em novas explosões de energia nas ruas. Resta saber, uma vez mais, como as forças em disputa reagirão a isso.

Bibliografia consultada

- AZEVEDO, F. P. “Cultura popular e rebelião juvenil”. *Juventude.br*, nº 6, dez./2008. pp. 25-35.
- Juventude, cultura e políticas públicas: intervenções apresentadas no seminário teórico-político do Centro de Estudos e Memória da Juventude. São Paulo: Anita Garibaldi/CEMJ, 2005. 187 p.
- BERROCAL, Salomé; CAMPOS, Eva; REDONDO, Marta. “Prosumidores mediáticos en la comunicación política: El politainment en YouTube”. *Comunicar*, nº 43, v. XXII, 2014. ISSN: 1134-3478. pp. 25-35.
- BUCCI, Eugênio. “A fabricação de valor na superindústria do imaginário”. *Comunicare: Revista de pesquisa. Faculdade de Comunicação Social Cáser Libero*, São Paulo, v. 2, n. 2, 2002. Semestral. ISSN 1676-3475. pp. 56- 72.
- CABALIN, C. “Estudiantes conectados y movilizados: El uso de Facebook en las protestas estudiantiles en Chile”. *Comunicar*, v. XXII, nº 43, 2014. p. 26.
- CASTELLS, M. *Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet*. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.
- DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo e comentários sobre a sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.
- FREDERICO, C. “Da periferia ao centro: cultura e política em tempos pós-modernos”. *Estudos Avançados*, nº 27, v. 79, 2013. ISSN: 0103-4014. pp. 239-255.
- _____. *Ensaio sobre marxismo e cultura*. Rio de Janeiro: Mórula, 2016.
- GARCÍA-GALERA, María-Carmen; DEL-HOYO, Mercedes; FERNÁNDEZ, Cristóbal. “Jóvenes comprometidos en la Red: El papel de las redes sociales en la participación social activa”. *Comunicar*, nº 43, v. XXII, 2014. ISSN: 1134-3478. pp. 35-43.
- GRAMSCI, Antonio. *Quaderni del Carcere. Volume terzo – Quaderni 12-29. Edizione critica dell’Istituto Gramsci – A cura di Valentino Gerratana*. 2ª ed. Torino: Giulio Einaudi editore, 1977.
- HARDT, M.; NEGRI, A. *Multidão: Guerra e democracia na era do império*. 4ª ed. São Paulo: Record, 2005.
- MARQUES, Ângela; COSTA, Caio Túlio [et al.]. *Esfera pública, redes e jornalismo*. Rio de Janeiro: E-papers, 2009.
- NEGRI, A. *5 lições sobre Império*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- PERUZZO, C.M.K. “Movimentos sociais, redes virtuais e mídia alternativa no junho em que ‘o gigante acordou’ (?)”. *Revista Matrices [online]*, v. 7, n. 2, p. 73-93, 2013. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/matrices/article/view/69407>.
- WILLIAMS, R. *Marxism and Literature*. Oxford: Oxford University Press, 1977.

18 Isso fica claro nos editoriais de Arnaldo Jabbour apresentados no *Jornal da Globo*. O primeiro deles, contrário ao movimento, contrastou com as declarações posteriores do mesmo jornalista, que buscavam glorificar o movimento e seus protagonistas. Um vídeo com o primeiro editorial e a posterior retratação de Jabbour pode ser conferido em <https://www.youtube.com/watch?v=46pFy-nGEGo>.

19 MACHADO, U. “Protestos recusam representação política por uma ‘democracia real’, diz professor dos EUA” [Entrevista com Michael Hardt]. *Folha de S.Paulo [online]*. 3 jul. 2013. Disponível em: www1.folha.uol.com.br/poder/2013/07/1305450-protestos-recusam-representacao-politica-por-uma-democracia-real-diz-professor-dos-eua.shtml.